



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2020, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021.

Aos dezoito dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, às 15h00, a Comissão de Finanças de Orçamento, constituída no inciso II, do artigo 29 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, tendo como membros do ano Legislativo de 2020 os Vereadores: **Armando Tavares dos Santos Neto**, **David Ribeiro da Silva** e **Cesar Diniz de Souza**, sob a Presidência do primeiro, ausência do Vereador **Cesar Diniz de Souza** (membro). O Secretário Municipal de Finanças **William Sergio Maekawa Harada** não esteve presente, representando a Secretaria de Finanças participou da videoconferência o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato** e o **Diretor de Departamento de Administração Financeira Adalberto Aparecido B. de Souza**. Também estavam presentes na videoconferência os Vereadores: **Aparecida Barbosa da Silva Neves** e **Edson Rodrigues**, reunidos on-line através da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba. O **Presidente da Comissão – Vereador Armando Tavares dos Santos Neto** declara aberta a Audiência Pública virtual. *“Boa tarde a todos, agradeço a presença de todos os Senhores Vereadores, internautas que nos acompanha nessa Audiência Pública virtual. Estamos aqui em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, bem como a Lei Complementar Federal nº 131, de 27/05/2009, para tratar do Projeto de Lei nº 28/2020, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2021, e dá outras providências”. Passo a palavra ao Secretário Adjunto Municipal de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato”. Com a palavra o Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato. “Boa tarde a todos que nos acompanha. Estamos aqui para apresentar de uma forma técnica expor sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021, na tentativa de propiciar aos senhores vereadores, subsídios na aprovação desta importante peça de planejamento municipal. O Projeto de LDO 2021 traz no seu texto e anexos, os dispositivos que disciplinam a elaboração do orçamento municipal, buscando o equilíbrio das finanças públicas, o estabelecimento das metas da administração municipal, e a determinação dos resultados fiscais do município para o exercício de 2021. Os valores consignados neste projeto de lei são consistentes e foram definidos pela estimativa de arrecadação das receitas, calculadas de forma segura e conservadora, a preços de 2020 conforme demonstrado no quadro I (Cálculo das Receitas do Anexo de Metas Fiscais), considerando o cenário atual de isolamento social em decorrência da pandemia pelo Corona vírus, prevendo uma redução na arrecadação da receita em relação ao exercício de 2019, assim apresentadas resumidamente:*



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Discriminação	Valores projetados para 2021
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	150.198.000,00
Receita de Contribuições	35.379.000,00
Receita Patrimonial	1.308.000,00
Receita de Serviços	222.000,00
Receita de Transferências Correntes	480.987.000,00
Outras Receitas Correntes	23.219.000,00
(-) Dedução Receitas Correntes (contrib. Fundeb)	45.839.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	5.020.000,00
TOTAL	650.494.000,00

Dessa forma, a receita do Município para o exercício de 2021 está estimada no montante de R\$ 650.494.000,00, não considerando aqui as receitas intra-orçamentárias no total R\$ 73.098.000,00, conforme determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Demonstrativos Fiscais, sendo Prefeitura Municipal R\$ 632.457.000,00 e Instituto de Previdência R\$ 18.037.000,00 – que será aplicada contemplando as ações necessárias para o funcionamento e atendimento aos limites legais da educação, saúde, promoção social, amortização da dívida, como também para o bom funcionamento dos serviços administrativos, e dos serviços públicos em geral, conforme demonstra o quadro II (Cálculo das Despesas do Anexo de Metas Fiscais). Assim, as despesas para o exercício de 2021 têm previsão de R\$ 644.494.000,00 – além da reserva para contingência no valor de R\$ 6.000.000,00 para cobertura de passivos contingentes, que são os riscos possíveis para os quais não há forma de previsibilidade, sem considerar neste cálculo as despesas intra-orçamentárias no total de R\$ 73.098.000,00, assim apresentadas sinteticamente:

Discriminação	Valores projetados para 2021
DESPESAS CORRENTES	
Pessoal e encargos sociais	402.527.000,00
Outras despesas correntes	176.707.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	26.028.000,00
Amortização da dívida	5.282.000,00



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Para cobertura de passivos contingentes	6.000.000,00
Para capitalização do RPPS	33.950.000,00
TOTAL	650.494.000,00

ANEXO DE METAS FISCAIS

Observamos ao elaborarmos o Projeto de LDO, a dívida projetada para o final do exercício de 2021, com base nas dívidas existentes, respeitando os valores pactuados, atualizações, pagamentos, crescimento da dívida e quantidade de parcelas vincendas, conforme o quadro III (cálculo da dívida consolidada e do resultado nominal) no total de R\$ 178.867.000,00. Cabe notar que a dívida está apresentada somente com valores da Administração Direta, não incluídos, os saldos do Instituto de Previdência, evitando assim distorções, já que os recursos do Instituto de Previdência não são passíveis de comprometimento com quaisquer pagamentos que não aqueles afetos ao RPPS. Adotamos como parâmetro para fins de cálculo à valores correntes, 3,55% para o exercício de 2021; 3,61% para o exercício de 2022 e 3,50% para o exercício de 2023, a título de inflação, conforme projeção do IPCA estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Nestes termos os quadros – receitas, despesas e dívidas, aqui apresentados para demonstrar a consistência dos dados, deram suporte para o cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal, conforme demonstrativo 1 do anexo de metas fiscais. O Resultado Primário no valor de (R\$ 3.974.000,00) - valor constante, ou (R\$ 4.115.000,00) – valor corrente (com inflação), sendo receitas primárias (receita total deduzidas as receitas financeiras) menos despesas primárias (despesa total deduzidas os encargos e amortização da dívida). O Resultado Nominal no valor de R\$ 5.282.000,00 – valor constante, ou R\$ 5.469.000,00 – valor corrente (com inflação), que corresponde ao Resultado Primário acrescido das Receitas Financeiras. Apresentamos também o demonstrativo 2 do anexo de metas fiscais, “Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior”, que mostra a comparação entre as metas fiscais previstas e as realizadas no exercício de 2019; O demonstrativo 3 do anexo de metas fiscais, “Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores” que apresenta uma comparação entre as metas pretendidas para o ano de 2021, 2022 e 2023 com as fixadas nos (LDO) três exercícios anteriores, 2018, 2019 e 2020. Apresentamos ainda o demonstrativo 4 “Evolução do Patrimônio Líquido”, que informa a evolução do patrimônio líquido do Município nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 sendo respectivamente R\$ 822.768.000,00; R\$ 717.714.000,00 e R\$ 582.742.000,00, exceto Regime Previdenciário para o qual estamos



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

apresentando quadro distinto sendo (-) R\$ 917.000,00; R\$ 59.339.000,00 e R\$ 52.795.000,00, respectivamente para 2019, 2018 e 2017. O demonstrativo 5 "Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos", que demonstra a destinação dada pelo Município aos recursos obtidos com alienação de ativos nos exercícios de 2019, 2018 e 2017. O demonstrativo 6 "Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS", que mostra os dados de receita e de despesa realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 pelo regime próprio de previdência, sendo os resultados positivos respectivamente R\$ R\$ 25.525.000,00; R\$ 33.113.000,00 e R\$ 25.253.000,00, bem como a projeção das receitas e despesas previdenciárias para o período de 2020 a 2094, avaliação atuarial efetuada com base nos dados de dezembro de 2019. O projeto de LDO 2021 tem previsão de renúncia de receita no montante de R\$ 2.292.000,000 conforme demonstrativo 7 do anexo de metas fiscais; "Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita", evidenciando que o executivo concederá algumas isenções tributárias de interesse da municipalidade, para as quais apresenta formas de compensação, sem que causem alterações nos resultados das metas fiscais. Também demonstra que não há possibilidade de expansão das despesas de caráter continuado, conforme demonstrativo 8 do anexo de metas fiscais "Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado", considerando que as despesas de pessoal estão além do limite desejado e provável aumento da dívida pública decorrente de futuros parcelamentos de débitos.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Consideramos, referente às demandas judiciais diversas, que no caso de sucumbência poderão afetar as contas públicas, como também possíveis frustrações na arrecadação da receita. O "Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências" demonstra esse risco e providências a ser tomada pelo executivo na hipótese de ocorrência.

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

O projeto de LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício de 2021 conforme especificadas no "Anexo de Metas e Prioridades", contemplando os programas e ações do Plano Plurianual, necessários para o atingimento das metas e objetivos pretendidos, assim distribuídos entre os órgãos da administração municipal, inclusas neste anexo as despesas intra-orçamentárias.



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

ÓRGÃOS EXECUTORES

01-Câmara Municipal	16.800.000,00
02-Gabinete do Prefeito	5.010.000,00
03-Secretaria M. de Assuntos Jurídicos	5.120.000,00
04-Secretaria M. de Meio Ambiente	1.325.000,00
05-Secretaria M. de Administração e Modernização	12.030.000,00
06-Secretaria M. de Planejamento	3.020.000,00
07-Secretaria M. de Finanças	53.030.000,00
08-Secretaria M. de Ed., Ciência, Tec. e Inovação	253.816.000,00
09-Secretaria M. de Esporte e Lazer	2.275.000,00
10-Secretaria M. de Saúde	123.130.000,00
11-Secretaria M. de Desenvolvimento Social	10.380.000,00
12-Secretaria M. de Serviços Urbanos	80.333.000,00
13-Secretaria M. da Mulher	450.000,00
14-Secretaria M. de Habitação	2.360.000,00
15-Secretaria M. de Receita	11.550.000,00
16-Instituto de Previdência Serv. Públicos Municipais	91.135.000,00
17-Secretaria M. de Cultura	2.740.000,00
18-Secretaria M. de Governo	3.820.000,00
19-Secretaria M. de Segurança Urbana	18.550.000,00
20-Secretaria M. de Desenvolvimento Econômico	1.850.000,00
21-Secretaria M. de Transportes	14.520.000,00
23-Secretaria M. de Assuntos Institucionais	330.000,00
24-Secretaria M. de Obras	8.450.000,00
25-Secretaria M. de Abastecimento e Seg. Alimentar	1.055.000,00
26-Secretaria M. de Turismo	513.000,00
TOTAL	723.592.000,00

Espero, com esta exposição técnica e rápida ter levado aos Senhores Vereadores o entendimento necessário para a aprovação desta peça de planejamento municipal, e coloque-me à disposição para quaisquer outras informações que por ventura se façam necessárias. O Senhor Presidente questiona: "Senhor Sérgio, eu vi que o Senhor falou sobre uma dívida na página 2 "Com base nas dívidas existentes, respeitando os valores pactuados, atualizações,

47



C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

pagamentos, crescimento da dívida e quantidade de parcelas vincendas, conforme o quadro III (cálculo da dívida consolidada e do resultado nominal) no total de R\$ 178.867.000,00. Então a dívida está apresentada somente com valores da Administração Direta, não incluídos, os saldos do Instituto de Previdência. A previsão para 2021 é de 178.867.000,00 da dívida pública, sem a Previdência, é isso?" Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto Sérgio Ruiz Armiliato**: "Eu vou consultar aqui o Adalberto aqui ao meu lado para dirigir a palavra, a sua pergunta é se aquilo que nós devemos a Previdência se ela está incluída nisso?" O **Senhor Presidente** questiona: "Não, se a previsão é isso daqui, mais a Previdência, só isso, que eu não ouvi falando da dívida da Previdência". Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto Sérgio Ruiz Armiliato**: "A Previdência não tem dívida com terceiros, nós que temos parcelamento com a Previdência". O **Senhor Presidente** questiona novamente: "Esse valor é a dívida que a Prefeitura tem, mais a dívida da Previdência". Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto Sérgio Ruiz Armiliato**: "A dívida da Prefeitura com a Previdência está incluída aqui dentro. A dívida é da Prefeitura e a Previdência não tem dívida com terceiros, ela é credora dos nossos acordos, que estão incluídos nesses valores, que é a previsão para o final do exercício de 2021". O **Senhor Presidente** confirma: "Entendi. Tem algum Vereador que queira fazer algum questionamento?" Com a palavra o **Vereador David Ribeiro da Silva**: "Gostaria de perguntar ao Secretário Adjunto sobre as Emendas Impositivas, sei que essa LDO é para o ano que vem, mas as nossas Emendas Impositivas de 2020. Porque até agora nada aconteceu, a gente sabe que nesse momento de pandemia, porque 50% das Emendas vão para a Saúde, se o Secretário sabe como é que está o andamento dessas Emendas Impositivas para o ano de 2020". Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto Sérgio Ruiz Armiliato**: "Até nós estamos conversando aqui, nós temos o material que estão previstas as propostas para o próximo exercício. As Emendas deste exercício que nós tratamos um pouco mais próximo de vocês na parte técnica, nós temos o conhecimento dessa parte técnica do que foi realmente determinado. A parte da execução que você está preocupado, o Secretário é que teria propriedade de dizer o que está fazendo, porque não fez, se isso vai ser feito, a partir de quando. Porque o que a gente sentiu da Prefeitura na questão técnica, nós estávamos trabalhando numa condição, de repente veio uma novidade com a forma de trabalho, o foco do trabalho na saúde, em outras secretarias também. Então a gente perdeu um pouco o acompanhamento do que a Saúde teve que fazer, porque tinha o organismo do Estado da União, trabalhando diretamente com a Saúde, as orientações desta situação que nós estamos passando. Então nós não temos aqui na nossa vivência, esse trabalho técnico como responder exatamente esta condição, que é o que está no Exercício corrente, Vossa Excelência vai considerar, nós temos aqui a informação, mas não temos da operação da Secretaria, o Secretário da execução e operação, o Secretário sim teria propriedade de dizer e até se for o caso, garantir, ou discutir algum detalhe". Com a palavra o **Vereador David Ribeiro da Silva**: "Entendi. Só para saber como vai fazer daqui para frente, se vai entrar com improbidade administrativa do Prefeito, quais ações que nós vamos ter que tomar. Eu agradeço o Secretário pelas informações, porque nós já estamos passando do meio do ano e nada foi providenciado sobre as Emendas Impositivas e é uma Lei e uma vez que ele não cumpre uma Lei poderá sofrer até um impeachment, é bom nós saber disso, para saber quais ações que a gente vai tomar a respeito disso daí. Obrigado Secretário?" Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto Sérgio Ruiz Armiliato**: "Estou



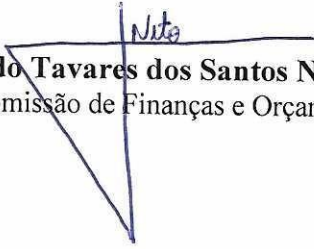
C.M.I	D.S.P
Fls.	
Ass:	

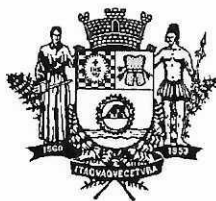
Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

à disposição". O **Senhor Presidente** pronuncia: "*Tem mais alguma pergunta? Alguma pergunta pela internet?*" Não havendo mais questionamentos, essa **Presidência** declara encerrada a presente Audiência.


Sérgio Ruiz Armiliato
Secretário Municipal Adjunto


Ver. Armando Tavares dos Santos Neto
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Prefeitura Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Itaquaquetuba, 18 de junho de 2020.

Audiência Pública sobre LDO para o exercício de 2021

Venho à presença desta Comissão de Finanças e Orçamento, senhores vereadores e demais representantes da municipalidade, expor sobre o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021, na tentativa de propiciar aos senhores vereadores, subsídios na aprovação desta importante peça de planejamento municipal.

O Projeto de LDO 2021 traz no seu texto e anexos, os dispositivos que disciplinam a elaboração do orçamento municipal, buscando o equilíbrio das finanças públicas, o estabelecimento das metas da administração municipal, e a determinação dos resultados fiscais do município para o exercício de 2021.

Os valores consignados neste projeto de lei são consistentes e foram definidos pela estimativa de arrecadação das receitas, calculadas de forma segura e conservadora, a preços de 2020 conforme demonstrado no quadro I (Cálculo das Receitas do Anexo de Metas Fiscais), considerando o cenário atual de isolamento social em decorrência da pandemia pelo Corona vírus, prevendo uma redução na arrecadação da receita em relação ao exercício de 2019, assim apresentadas resumidamente:

Discriminação	Valores projetados para 2021
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	150.198.000,00
Receita de Contribuições	35.379.000,00
Receita Patrimonial	1.308.000,00
Receita de Serviços	222.000,00
Receita de Transferências Correntes	480.987.000,00
Outras Receitas Correntes	23.219.000,00
(-) Dedução das Receitas Correntes (contrib. Fundeb)	45.839.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	5.020.000,00
TOTAL	650.494.000,00

Dessa forma, a receita do Município para o exercício de 2021 está estimada no montante de R\$ 650.494.000,00, não considerando aqui as receitas intraorçamentárias no total R\$ 73.098.000,00, conforme determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Demonstrativos Fiscais, sendo Prefeitura Municipal R\$ 632.457.000,00 e Instituto de Previdência R\$ 18.037.000,00 – que será aplicada contemplando as ações necessárias para o funcionamento e atendimento aos limites legais da educação, saúde, promoção social, amortização da dívida, como também para o bom funcionamento dos serviços administrativos, e dos serviços públicos em geral, conforme demonstra o quadro II (Cálculo das Despesas do Anexo de Metas Fiscais) .

Assim, as despesas para o exercício de 2021 têm previsão de R\$ 644.494.000,00 – além da reserva para contingência no valor de R\$ 6.000.000,00 para cobertura de passivos contingentes, que são os riscos possíveis para os quais não há forma de previsibilidade, sem considerar neste cálculo as despesas intra-orçamentárias no total de R\$ 73.098.000,00, assim apresentadas sinteticamente:

Discriminação	Valores projetados para 2021
DESPESAS CORRENTES	
Pessoal e encargos sociais	402.527.000,00
Outras despesas correntes	176.707.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	26.028.000,00
Amortização da dívida	5.282.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Para cobertura de passivos contingentes	6.000.000,00
Para capitalização do RPPS	33.950.000,00
	650.494.000,00

ANEXO DE METAS FISCAIS

Observamos ao elaborarmos o Projeto de LDO, a dívida projetada para o final do exercício de 2021, com base nas dívidas existentes, respeitando os valores pactuados, atualizações, pagamentos, crescimento da dívida e quantidade de parcelas vincendas, conforme o quadro III (cálculo da dívida consolidada e do resultado nominal) no total de R\$ 178.867.000,00. Cabe notar

que a dívida está apresentada somente com valores da Administração Direta, não incluídos, os saldos do Instituto de Previdência, evitando assim distorções, já que os recursos do Instituto de Previdência não são passíveis de comprometimento com quaisquer pagamentos que não aqueles afetos ao RPPS.

Adotamos como parâmetro para fins de cálculo à valores correntes, 3,55% para o exercício de 2021; 3,61% para o exercício de 2022 e 3,50% para o exercício de 2023, a título de inflação, conforme projeção do IPCA estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Nestes termos os quadros – receitas, despesas e dívidas, aqui apresentados para demonstrar a consistência dos dados, deram suporte para o cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal, conforme demonstrativo 1 do anexo de metas fiscais.

O Resultado Primário no valor de (R\$ 3.974.000,00) - valor constante, ou (R\$ 4.115.000,00) – valor corrente (com inflação), sendo receitas primárias (receita total deduzidas as receitas financeiras) menos despesas primárias (despesa total deduzidas os encargos e amortização da dívida).

O Resultado Nominal no valor de R\$ 5.282.000,00 – valor constante, ou R\$ 5.469.000,00 – valor corrente (com inflação), que corresponde ao Resultado Primário acrescido das Receitas Financeiras. Apresentamos também:

O demonstrativo 2 do anexo de metas fiscais, “Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior”, que mostra a comparação entre as metas fiscais previstas e as realizadas no exercício de 2019;

O demonstrativo 3 do anexo de metas fiscais, “Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores” que apresenta uma comparação entre as metas pretendidas para o ano de 2021, 2022 e 2023 com as fixadas nos (LDO) três exercícios anteriores, 2018, 2019 e 2020.

Apresentamos ainda:

O demonstrativo 4 “Evolução do Patrimônio Líquido”, que informa a evolução do patrimônio líquido do Município nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 sendo respectivamente R\$ 822.768.000,00; R\$ 717.714.000,00 e R\$ 582.742.000,00, exceto Regime Previdenciário para o qual estamos apresentando quadro distinto sendo (-) R\$ 917.000,00; R\$ 59.339.000,00 e R\$ 52.795.000,00, respectivamente para 2019, 2018 e 2017;

O demonstrativo 5 “Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos”, que demonstra a destinação dada pelo Município aos recursos obtidos com alienação de ativos nos exercícios de 2019, 2018 e 2017;

O demonstrativo 6 “Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS”, que mostra os dados de receita e de despesa realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 pelo regime próprio de previdência, sendo os resultados positivos respectivamente R\$ R\$ 25.525.000,00; R\$ 33.113.000,00 e R\$ 25.253.000,00, bem como a projeção das receitas e despesas previdenciárias para o período de 2020 a 2094, avaliação atuarial efetuada com base nos dados de dezembro de 2019.

O projeto de LDO 2021 tem previsão de renúncia de receita no montante de R\$ 2.292.000,000 conforme demonstrativo 7 do anexo de metas fiscais; “Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita”, evidenciando que o executivo concederá algumas isenções tributárias de interesse da municipalidade, para as quais apresenta formas de compensação, sem que causem alterações nos resultados das metas fiscais.

Também demonstra que não há possibilidade de expansão das despesas de caráter continuado, conforme demonstrativo 8 do anexo de metas fiscais “Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado”, considerando que as despesas de pessoal estão além do limite desejado e provável aumento da dívida pública decorrente de futuros parcelamentos de débitos.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Consideramos, referente às demandas judiciais diversas, que no caso de sucumbência poderão afetar as contas públicas, como também possíveis frustrações na arrecadação da receita. O “Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências” demonstra esse risco e providências a ser tomada pelo executivo na hipótese de ocorrência.

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

O projeto de LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício de 2021 conforme especificadas no “Anexo de Metas e Prioridades”, contemplando os programas e ações do Plano Plurianual, necessários para o atingimento das metas e objetivos pretendidos, assim distribuídos

entre os órgãos da administração municipal, inclusas neste anexo as despesas intra-orçamentárias.

ÓRGÃOS EXECUTORES

01-Câmara Municipal	16.800.000,00
02-Gabinete do Prefeito	5.010.000,00
03-Secretaria M. de Assuntos Jurídicos	5.120.000,00
04-Secretaria M. de Meio Ambiente	1.325.000,00
05-Secretaria M. de Administração e Modernização	12.030.000,00
06-Secretaria M. de Planejamento	3.020.000,00
07-Secretaria M. de Finanças	53.030.000,00
08-Secretaria M. de Educação, Ciência, Tec. e Inovação	253.816.000,00
09-Secretaria M. de Esporte e Lazer	2.275.000,00
10-Secretaria M. de Saúde	123.130.000,00
11-Secretaria M. de Desenvolvimento Social	10.380.000,00
12-Secretaria M. de Serviços Urbanos	80.333.000,00
13-Secretaria M. da Mulher	450.000,00
14-Secretaria M. de Habitação	2.360.000,00
15-Secretaria M. de Receita	11.550.000,00
16-Instituto de Previdência dos Serv. Públicos Municipais	91.135.000,00
17-Secretaria M. de Cultura	2.740.000,00
18-Secretaria M. de Governo	3.820.000,00
19-Secretaria M. de Segurança Urbana	18.550.000,00
20-Secretaria M. de Desenvolvimento Econômico	1.850.000,00
21-Secretaria M. de Transportes	14.520.000,00
23-Secretaria M. de Assuntos Institucionais	330.000,00
24-Secretaria M. de Obras	8.450.000,00
25-Secretaria M. de Abastecimento e Segurança Alimentar	1.055.000,00
26-Secretaria M. de Turismo	513.000,00
	723.592.000,00

Espero, com esta exposição ter levado aos senhores vereadores o entendimento necessário para a aprovação desta peça de planejamento municipal, e coloco-me à disposição para quaisquer outras informações que por ventura se façam necessárias.

Sérgio Ruiz Armiliato
Secretário Adjunto de Finanças